

# Tributação de Novas Tecnologias (Software)

Geilson Salomão Leite



# O Paradigma da Economia Digital

- ✓ Fenômeno da globalização
- ✓ Advento de tecnologias disruptivas
- ✓ Base da economia digital: Informação e Telecom

QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCACIA



# Tecnologia da informação

**Indústria (Hardware)** – contempla a fabricação de equipamentos de informática e periféricos, produtos eletrônicos e ópticos, mídias e equipamentos de comunicação;

**Software e Serviços de TI** – são as atividades dos serviços de tecnologia da informação, tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas;



# Telecomunicações

Inclui as áreas de telecomunicações por fio, sem fio ou por satélite, operadoras de televisão por assinatura e outras atividades relacionadas.

7% do PIB Nacional. Investimentos de 250 bilhões de reais até 2021.



# O Regime Constitucional Tributário

- Software (Programa de Computador): *“É a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados. Art. 1º da Lei9609/98”.*

QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCACIA



# O Regime Constitucional Tributário

- As inovações tecnológicas como fenômenos revestidos de substrato econômico
- Estado Fiscal e Padrão Normativo de Incidência.
- O conceito de mercadoria: Art. 155, I, CF. Lei Complementar nº 87/96. (Obrigação de dar). Bem corpóreo e circulação jurídica.

QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCACIA



# O Regime Constitucional Tributário

- O conceito de serviço: Art. 156, III, CF. Lei Complementar nº 116/2003 e Lei Complementar nº 157/2017. (Obrigação de Fazer). Esforço humano.
- Evolução da jurisprudência do STF
- RE 176626/SP: *“O conceito de mercadoria efetivamente não inclui os bens incorpóreos, como os direitos em geral: mercadoria é bem corpóreo objeto de atos de comércio ou destinado a sê-lo...Não há alienação – circulação – no licenciamento e na cessão de direito de uso (Não incide ICMS sobre software)”*

QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCACIA



# O Regime Constitucional Tributário

- ADI 1945/MT: *“É irrelevante a existência de bem corpóreo para que mercadoria em sentido mais amplo exista. (O exemplo emprestado pelo STF foi o da energia elétrica)”*
- Software de prateleira x Software personalizado (RE 176626/SP)

QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCACIA





# O Regime Constitucional Tributário

- O julgamento do RE 330.817 pelo STF (O conceito de prestação de serviços não tem por premissa a configuração dada pelo Código Civil, mas relacionado ao oferecimento de uma utilidade para outrem, a partir de um conjunto de atividades imateriais, prestadas com habitualidade e intuito de lucro, podendo estar conjugadas ou não com a entrega de bens ao tomador).

QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCACIA



# Conflito Federativo: ICMS ou ISS

- **A Lei Complementar 157/2016 (ISS)**

*Incidência sobre (i) processamento, armazenamento ou hospedagem de dados (ii) elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, independente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado (iii) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.*

QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCACIA



# Conflito Federativo: ICMS ou ISS

- O Convênio CONFAZ 106/2017 (ICMS)

*As operações com bens e mercadorias digitais, tais como softwares, programas, jogos eletrônicos, aplicativos, arquivos eletrônicos e congêneres, que sejam padronizados, ainda que tenham sido ou possam ser adaptados, comercializadas por meio de transferência eletrônica de dados observarão as disposições contidas neste convênio.*

QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCACIA



# Consequências e desafios a serem superados

- Insegurança Jurídica
- Limites semânticos dos conceitos constitucionais
- O conceito de mercadoria como bem móvel sujeito a mercancia é incompatível com a noção de comércio virtual de software ?
- A abrangência de bens incorpóreos a matriz de incidência de ICMS não está atrelada a noção de um ciclo econômico de bens ?

QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCACIA



# Obrigado!

## Geilson Salomão

QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCACIA

\*Mestre e Doutor em Direito Tributário pela PUC/SP. Professor de Direito Tributário da Universidade Federal da Paraíba – UFPB (*Mestrado e Doutorado*). Ex-Procurador Geral do Município de João Pessoa. Associado ao Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT. Sócio do Queiroz Cavalcanti - Advocacia (Recife/PE). [geilsonsalomao@queirozcavalcanti.adv.br](mailto:geilsonsalomao@queirozcavalcanti.adv.br)

